

Alunos disléxicos na aula de Língua Portuguesa: um estudo sobre desafios e possibilidades de atuação docente

*Maria Luiza Mota Lagares PINTO¹
Ada Magaly Matias BRASILEIRO²*

Resumo

Este estudo insere-se nas áreas de Linguística e Psicologia Educacional e tem como pano de fundo a necessidade de formação docente para o trabalho com a diversidade e com a inclusão. O objetivo foi verificar os principais desafios e possibilidades do professor ao mediar os processos de ensino e aprendizagem de alunos disléxicos na aula de Língua Portuguesa. Para isso, foi realizada uma pesquisa de revisão empírica, em periódicos nacionais de Linguística, Qualis A1 e A2, com publicações de 2012 a 2021. Foi possível verificar que as intervenções envolvem desde utilização de recursos estratégicos físicos e tecnológicos, até estratégias pedagógicas, em especial, o atendimento individualizado e direcionado para as dificuldades do aluno. Verificou-se também a escassez de artigos sobre dislexia na sala de aula, o que pode sinalizar para certo apagamento dos fenômenos que envolvem os indivíduos disléxicos no processo educacional brasileiro.

Palavras-chave: Aula de Português. Dislexia. Estratégias Pedagógicas. Formação Docente. Inclusão Educacional.

¹ Mestranda em Estudos da Linguagem. Universidade Federal de Ouro Preto. ORCID 0000-0001-8665-0538.
E-mail: maria.lagares@aluno.ufop.edu.br.

² Doutora em Letras: Linguística e Língua Portuguesa. Professora da Universidade Federal de Ouro Preto. ORCID 0000-0003-4506-1563.
E-mail: ada.brasileiro@ufop.edu.br.

Dyslexic students in the Portuguese Language class: a study on challenges and possibilities for teaching practice

Maria Luiza Mota Lagares PINTO
Ada Magaly Matias BRASILEIRO

Abstract

This study is part of the areas of Linguistics and Educational Psychology and has as a background the need for teacher training to work with diversity and inclusion. The objective was to verify the main challenges and possibilities for the teacher when mediating the teaching and learning processes of dyslexic students in the Portuguese language class. For this, an empirical review research was carried out in national journals of Linguistics, Qualis A1 and A2, with publications from 2012 to 2021. It was possible to verify that the interventions involve from the use of physical and technological strategic resources, to pedagogical strategies, in particular, the individualized service and directed to the student's difficulties. There was also a paucity of articles on dyslexia in the classroom, which may signal a certain erasure of the phenomena that involve dyslexic individuals in the Brazilian educational process.

Keywords: Educational Inclusion. Dyslexic Students. Pedagogical Strategies. Portuguese Language Class. Teaching Activity.

Estudiantes disléxicos en la clase de Lengua Portuguesa: un estudio sobre los desafíos y posibilidades de la práctica docente

*Maria Luiza Mota Lagares PINTO
Ada Magaly Matias BRASILEIRO*

Resumen

Este estudio se enmarca en las áreas de Lingüística y Psicología Educativa y tiene como antecedente la necesidad de formación docente para trabajar con la diversidad y la inclusión. El objetivo fue verificar los principales desafíos y posibilidades del docente al mediar los procesos de enseñanza y aprendizaje de los alumnos disléxicos en la clase de lengua portuguesa. Para ello, se realizó una investigación de revisión empírica en revistas nacionales de Lingüística, Qualis A1 y A2, con publicaciones de 2012 a 2021. Se pudo comprobar que las intervenciones involucran desde el uso de recursos estratégicos físicos y tecnológicos, hasta estrategias pedagógicas, en particular, el servicio individualizado y dirigido a las dificultades del alumno. También hubo escasez de artículos sobre la dislexia en el aula, lo que puede indicar un cierto borrado de los fenómenos que involucran a los disléxicos en el proceso educativo brasileño.

Palabras clave: Actividad Docente. Clase de Lengua Portuguesa. Estrategias Pedagógicas. Estudiantes Disléxicos. Inclusión Educativa.

Introdução ao estudo: situando o problema em seu contexto

O mundo educacional vive inúmeros desafios em seu cotidiano com diferentes níveis de complexidade. Entre aqueles que exigem maior investimento de pesquisadores e profissionais da educação está o difícil desafio da inclusão. Para esse caso, a dificuldade impera por diversos motivos: desconhecimento, preconceito, ausência de políticas públicas efetivas, falta de investimentos em pesquisa, fragilidades dos processos de formação docente e, até mesmo, as especificidades de cada caso de inclusão (GATTI; BARRETO, 2009).

O fato é que, cada vez mais, as escolas estão recebendo crianças com variados diagnósticos que demandam dos educadores ações pedagógicas capazes de incluí-las nos processos de ensino e de aprendizagem e de promover a construção de saberes por parte delas. Em virtude disso e da recomendação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996) de que as pessoas com deficiência sejam incluídas na rede regular de ensino e não apenas nela inseridas, as discussões em torno do tema têm se intensificado em ambientes escolares e não escolares.

Entre os casos de inclusão está a dislexia: um distúrbio de aprendizagem de origem neurobiológica ligado diretamente à linguagem, que pode ser percebido por meio da dispersão, da dificuldade de leitura e de escrita, da desorganização ligada aos temas escolares e do bloqueio na realização de atividades que exigem coordenação motora fina e grossa (Classificação Internacional de Doenças-10, 1993). Para o CID-10, o vocabulário, a caligrafia, o desempenho em leitura e escrita e demais habilidades exigidas durante os processos de ensino e de aprendizagem dentro das escolas são profundamente afetadas em pessoas com dislexia. Elas costumam ter dificuldades para associar o som à letra, fazer trocas de letras ou escrevê-las em ordem contrária.

De acordo com a Associação Brasileira de Dislexia (ABD, 2021), em uma pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2021, o percentual de pacientes que recorrem à procura de diagnóstico é de 47%. Além disso, em cerca de 80% desses pacientes, a dislexia está ligada a outros diagnósticos psiquiátricos e transtornos do neurodesenvolvimento. Já de acordo com o último Censo da Educação Básica do INEP, de 2015 a 2019 (BRASIL, 2020), o percentual de matrículas de alunos com deficiências incluídos em classes típicas aumentou de 88,4% para 92,8%, ressaltando a necessidade da inserção de espaços curriculares nas licenciaturas que abordem tais temáticas.

Esse cenário suscitou mudança de postura da sociedade brasileira, que passou a defender a inclusão educacional dessas pessoas que, muitas vezes, encontram-se no interior da escola, mas que não

conseguem desenvolver suas potencialidades. A política de educação especial brasileira, desde a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), tem adotado uma perspectiva inclusiva, estabelecendo como finalidade ampla a construção de uma escola que garanta o atendimento à diversidade humana. Tal propósito demanda das universidades um investimento na formação de educadores capazes de enfrentar o desafio. A Licenciatura em Letras, em especial, carece de destinar atenção vigilante ao tema, visto que a dislexia é um transtorno ligado diretamente ao desenvolvimento da linguagem. Em um ambiente em que a leitura e a escrita são reconhecidas e valorizadas, o aluno com tal distúrbio de aprendizagem acaba excluído dos processos relativos ao aprender, caso não haja metodologias específicas para práticas inclusivas, tendo de se encaixar nos modelos de notas, avaliações, exigências e obrigações cujos moldes não lhe servem.

Para além da contextualização e apresentação do objeto desta pesquisa, a descrição desse panorama presta-se a justificar a necessidade de um estudo que envolva as áreas da Linguística e da Psicologia Educacional, cujo pano de fundo é a própria formação do professor, sua capacitação para o enfrentamento da diversidade na sala de aula, de modo a obter êxito em seus projetos de ensino. No entanto, a educação inclusiva, de modo geral, encontra pouco espaço para discussão nos currículos de formação docente. De acordo com Aquino, “os currículos dos cursos de Pedagogia e de Letras deveriam ser revistos, de forma a garantir o oferecimento de disciplinas específicas de aquisição da linguagem escrita” (2018, p. 15). Dessa maneira, a dislexia quase não é citada no processo de desenvolvimento do professor, formando uma lacuna que, segundo a autora, desencadeia na “instituição encarregada da alfabetização, que não está preparada e/ou não tem condições adequadas para sanar as dificuldades (previsíveis, pois intrínsecas ao processo)” (*op. cit.* p.15). No entanto, no dia a dia, o professor é confrontado com diferentes situações de dificuldades de aprendizagem dos alunos, que demandarão intervenções específicas, as quais ele desconhece.

Os disléxicos podem superar, consideravelmente, o distúrbio de aprendizagem. Mas, isso depende de uma boa orientação pedagógica e de uma instrução organizada. Para esse fim, o docente deve se preocupar em conhecer determinados princípios metodológicos que possibilitem educar esses alunos. (...) O professor deve ter habilidade para organizar, adaptar ou criar materiais e aplicar conhecimentos teóricos às necessidades do aluno e a seu problema específico (SOUZA, 2008, p. 58).

Em virtude disso, estudos que possam esclarecer metodologias de trabalho com o aluno disléxico devem ser realizados, sem focar apenas no problema, mas sinalizar para a resolução dele. Considerando a complexidade do problema, as determinações legais de inclusão constantes desde 1996, pela LDB, e a

Alunos disléxicos na aula de Língua Portuguesa:
um estudo sobre desafios e possibilidades de atuação docente

implicação do fenômeno no trabalho com a linguagem, é de se pressupor que investimentos teórico-práticos tenham sido realizados e que muitos desdobramentos positivos já tenham sido alcançados na construção do conhecimento dessa temática. Por se tratar de um tema cuja abordagem é multidisciplinar, muito se discute e produz, principalmente, no campo da Fonoaudiologia e da Psicologia, mas ainda é necessário um levantamento sobre as contribuições no campo da Linguística em torno do problema.

Diante de tal necessidade, esta pesquisa foi guiada pelo objetivo de verificar os principais desafios e possibilidades do professor ao mediar processos de ensino e de aprendizagem de alunos disléxicos na aula de Língua Portuguesa, a partir de publicações nacionais de periódicos Qualis A1 e A2 da área de Linguística da última década no Brasil. Para a efetividade desse objetivo maior, buscaremos, como objetivos específicos e metodológicos, selecionar e organizar material teórico e legislativo basilar para a compreensão dos fenômenos relativos à inclusão educacional; compreender os princípios teórico-legais norteadores das questões de dislexia no ambiente escolar; selecionar material bibliográfico que trata dos desafios e possibilidades metodológicas relativo ao trabalho com leitura e escrita para alunos disléxicos; compilar, a partir do *corpus* selecionados, os desafios encontrados pelos professores de Língua Portuguesa no trabalho com alunos disléxicos; compilar, a partir do *corpus* selecionados, as possibilidades encontradas pelos professores de Língua Portuguesa no trabalho com alunos disléxicos; e refletir sobre as contribuições da Linguística no trabalho multidisciplinar que incide sobre o desenvolvimento do aluno disléxico.

Este estudo procura contribuir, assim, para o levantamento bibliográfico sobre o que já foi construído até o momento, para, a partir desses saberes, ser possível propor algum tipo de transformação. O processo vivido e os resultados são apresentados neste artigo, que, estruturalmente, organiza-se a partir desta introdução, seguida da revisão de literatura em torno da concepção e implicações da dislexia, passando pelo percurso metodológico vivenciado e pela análise dos dados coletados, até as considerações finais.

A pessoa com dislexia: em busca da compreensão do fenômeno e de suas implicações nos campos da educação e da linguística

Definida pela Associação Brasileira de Dislexia (ABD, 2021) como "um transtorno específico de aprendizagem, de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou

fluyente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração”, a dislexia passa por etapas de diagnóstico que dizem respeito às características dos indivíduos com a suspeita do distúrbio. Para Signor (2015):

a dislexia apresenta “sinais” já na fase pré-escolar, tais como: “dispersão”, “atraso do desenvolvimento da fala e da linguagem”, “dificuldade de aprender rimas e canções”, “fraco desenvolvimento da coordenação motora”, entre outros. Quanto à fase escolar, alguns sinais que podem ser observados são: “dificuldade na aquisição e automação da leitura e da escrita”; “desatenção e dispersão”; “desorganização geral”, “confusão para nomear direita e esquerda”; “dificuldade de copiar de livros e da lousa”; “pobre conhecimento de rima e aliteração”; “vocabulário pobre, com sentenças curtas e imaturas ou longas e vagas”; “dificuldade em manusear mapas, dicionários, listas telefônicas”, etc. (SIGNOR, 2015, p. 974).

Dessa maneira, tratando a dislexia como algo congênito e de acentuação a partir da construção social e constitucional, no que diz respeito à organização adequada das funções psíquicas de forma a tornar o sujeito apto para o aprendizado, os sinais que podem indicar um possível diagnóstico de dislexia são demandados principalmente aos professores de Língua Portuguesa, citados por Signor (2015), na realização das atividades na fase escolar. No entanto, as fases para o diagnóstico da dislexia ainda são desalinhadas devido à má formação dos profissionais, tornando a investigação falha.

A dislexia é reconhecida como um distúrbio pela Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde ou Código Internacional de Doenças (CID). Em meio à classificação, esse transtorno de aprendizagem se encaixa no CID-10, que corresponde a transtornos mentais e de comportamento. Tal identificação, portanto, auxilia nas intervenções propostas aos disléxicos, conceitua a dislexia como um **transtorno específico de aprendizagem com prejuízo na leitura** e pode uniformizar o diagnóstico e o tratamento. Entretanto, esse direcionamento é recebido com reservas pela comunidade envolvida com o problema, no que diz respeito à medicalização escolar. Segundo Inácio, Mariano e Oliveira (2017), para facilitar o processo de aprendizagem do disléxico, é importante que o diagnóstico seja feito por uma equipe multidisciplinar e que sejam utilizadas as salas de recursos multifuncionais nas escolas, a partir do Atendimento Educacional Especializado (AEE)³. Porém, devido à ausência desses recursos nas escolas, a identificação do CID e a consequente medicalização/ patologização do distúrbio, o papel da escola de auxiliar o aluno disléxico e de oferecer a ele uma educação de qualidade se fragiliza. De acordo com as autoras, o diagnóstico médico acaba sendo utilizado como solução para o problema do

³ O AEE é uma diretriz da Secretaria de Educação Especial que visa atender ao público-alvo da Educação Especial (crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação), e funciona como um serviço de apoio à sala de aula comum, para subsidiar o real aprendizado dos estudantes.

fracasso educacional desses estudantes, resultando na exclusão deles do processo de formação educacional.

Os estudos de Murphy, Oliveira e Schochat (2013) tratam a dislexia como dificuldade na fluência da leitura e da escrita que gera um *déficit* fonológico da linguagem. A discussão deles atribui o tema aos campos da fonoaudiologia e da neurologia, abrindo pouco espaço ao processo educacional. Levando em conta os processos cognitivos na percepção e na obtenção de conhecimento do processamento fonológico, a dislexia está inserida no campo da capacidade neurobiológica do indivíduo, somada à falha sistêmica da alfabetização. Essa capacidade, aliada ao conceito de habilidade como poder de execução de determinada tarefa, é tratada como empobrecida, de acordo com Guimarães e Medina (2019, p. 156), uma vez que, para as autoras, a definição do distúrbio é “a dificuldade de ler e soletrar palavras regulares, decodificar e soletrar não-palavras, que infelizmente resultarão em pouca compreensão da leitura e vocabulário empobrecido”.

Segundo Signor (2015), com os esforços da neurociência nos últimos anos para explicar as dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita, o processamento fonológico nos disléxicos expõe ativações cerebrais diferenciadas. Considerando essas possibilidades, reduzir a definição da dislexia e dos sujeitos disléxicos à palavra empobrecida coloca o distúrbio em um caminho diferente do caminho da inclusão nos processos de formação educacional.

Sendo as aulas de Língua Portuguesa o principal ambiente de aquisição e de desenvolvimento da leitura e da escrita, ao levarmos em conta o foco educacional desta proposta de pesquisa, deparamos com professores com frágil formação inicial na área. Os currículos dos cursos de Letras, de acordo com Aquino (2018), devem ser revistos e oferecerem disciplinas obrigatórias específicas de aquisição da linguagem. A autora também defende que o diagnóstico de um aluno disléxico não seja reduzido à identificação das falhas ortográficas. Para a autora, essa redução da complexidade cognitiva do aluno aos erros ortográficos gera um movimento para se chegar ao diagnóstico, que causa efeitos diretos na criança, em meio aos diversos caminhos impostos a ela para a resolução do problema. Segundo Barbosa *et al.* (2015), o diagnóstico da dislexia, que deve ter participação dos professores de Língua Portuguesa, precisa abranger atividades de maior dificuldade, passando das unidades mais básicas até as mais complexas, que envolvem leitura e escrita.

Ainda no problema do pouco investimento na formação dos professores de Língua Portuguesa, que é discutido por Dauruiz *et al.* (2016, p. 133), ao afirmarem que os professores “não dispõem de recursos estratégicos facilitadores incorporados à sua metodologia de ensino, além de desconhecerem o

fundamento específico que está na base da utilização das estratégias pedagógicas”, é possível dizer que tal problema vem da escassez de estudos científicos. De acordo com Alves, Casella e Ferraro (2015, p. 124), “pesquisas que avaliam a escrita de escolares tanto com dislexia como com dislexia e TDAH ainda são escassas, porém são necessárias para o delineamento de estratégias de intervenção que auxiliem essa população”. Sendo assim, pode-se atribuir à má formação, também, segundo Signor (2015, p. 993), a falta de opções de intervenções eficazes no trato com alunos disléxicos e, conseqüentemente, à escassez de estudos que tratam da temática, visto que “o relevante, quando se trata de processos de linguagem, é agir e propiciar condições mais favoráveis para a promoção do aprendizado pleno”, o que, de acordo com a autora, coloca o afeto como intervenção principal.

Vê-se com frequência que os métodos de alfabetização tradicionais, que há décadas têm se mostrado pouco eficazes, permeiam, ainda hoje, as práticas em muitas escolas. A precária formação docente (escolar, universitária e continuada) dificulta a apropriação das teorias que embasam os pressupostos sugeridos pelos documentos oficiais (Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa). (...) Alguns alunos conseguem avançar, apesar da escola. Outros, no entanto, desenvolvem “distúrbios”, oposição às atividades descontextualizadas da escola, “agitação”, “desatenção”; problemas que, por sua vez, se traduzem no “sintoma”, o qual tende a reiterar o “diagnóstico” dado pelos educadores (SIGNOR, 2015, p. 994).

Diante disso, aqueles alunos que não se adaptam ao ensino devido às metodologias utilizadas ou à tendência pedagógica em que eles estão inseridos, apresentam dificuldades escolares, sendo que as intervenções ocorridas nas salas de aula dos alunos disléxicos pouco contribuem para o diagnóstico. As práticas pedagógicas inadequadas são extremamente nocivas aos alunos, visto que o desalinhamento das questões que rodeiam o diagnóstico gera diversas variáveis no trato com eles. Outra abordagem considerada no estudo de Guimarães, Medina e Minetto (2017) foram as intervenções envolvendo o desenvolvimento das funções executivas para alunos disléxicos, ou seja, o desenvolvimento da capacidade para elaborar objetivos e planejar como executá-los dentro da sala de aula, com o acompanhamento para garantir a eficiência do método. As autoras defendem a atribuição de estratégias de diagnóstico precoce de identificação da forma como o aluno aprende, para que seja realizado o atendimento individual e com atividades específicas, a exemplo do uso do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Diante do conceito de dislexia como um transtorno de aprendizagem de origem neurobiológica que influencia diretamente a leitura e a escrita e que gera dificuldade no reconhecimento preciso da palavra, assim como na habilidade fonológica dos sujeitos, a discussão que circunda a dislexia no ensino e na

aprendizagem de Língua Portuguesa diz respeito principalmente à formação insuficiente dos professores e, conseqüentemente, ao desconhecimento das condições de aprendizagem do indivíduo que possui o distúrbio. De acordo com Dauruiz *et al.* (2016, p. 140), “a dislexia enquanto transtorno da aprendizagem consiste em um problema complexo que envolve uma série de situações”. A partir disso, tendo relação direta com a linguagem, as autoras consideram as diversas formas de manifestação da dislexia como uma agravante, que afeta exatamente as aulas de Língua Portuguesa.

Ainda segundo as autoras, em um dos estudos mais completos sobre a dislexia dentro da delimitação proposta, atividades como identificação e decodificação da palavra, compreensão da leitura, soletração, expressão escrita, expressão oral e compreensão auditiva, inseridas nas atividades propostas e realizadas na sala de aula típica de Língua Portuguesa, representam dificuldades para o aluno disléxico. Essas dificuldades, levando em conta o fato de que as habilidades citadas são exigidas para a obtenção de notas, são carregadas pelo estudante ao longo da vida acadêmica e podem impedi-lo de seguir suas escolhas. Importa dizer que a situação em questão, mais uma vez, é tomada como responsabilidade do professor, mais precisamente daquele voltado para o aprendizado do domínio da leitura, como no caso do de Língua Portuguesa, quando, de fato, trata-se de um problema sistêmico.

O percurso e as escolhas metodológicas da pesquisa

Esta é uma pesquisa de revisão empírica convencional. Esse tipo de pesquisa é entendido como aquele que procura elucidar como determinado problema vem sendo estudado do ponto de vista metodológico e procura apresentar respostas sobre: “quais procedimentos normalmente são empregados no estudo desse problema? Que fatores vêm afetando os resultados? Que propostas têm sido feitas para explicá-los ou controlá-los? Que procedimentos vêm sendo empregados para analisar os resultados?” (Brasileiro, 2021, p. 81). Tais investimentos têm o mérito de contribuir, em determinado recorte temporal, temático ou espacial, para a compilação de caminhos metodológicos já trilhados e, assim, apontar para a continuidade dos estudos.

Ela se caracteriza, também, como uma pesquisa de finalidade exploratória, normalmente usada quando há pouco conhecimento acumulado e “visa tornar determinado fenômeno mais familiar” (Brasileiro, 2021, p. 44). No caso específico desta pesquisa, é necessário que o profissional de Letras se familiarize com o fenômeno da dislexia. Se, por um lado, o tema é muito comumente tratado por profissionais da área da saúde, por outro, conhecimentos e intervenções têm sido demandados dos professores, especialmente

os de Língua Portuguesa, que compõem (ou deveriam compor) a equipe multidisciplinar de acompanhantes dos alunos disléxicos. Tais saberes, contudo, têm encontrado poucos espaços sistematizados para construção no decorrer da formação inicial ou continuada. Para a interpretação dos dados, optou-se por uma abordagem qualitativa, uma vez que o foco se concentrou nos desafios e nas possibilidades do trabalho de professores com alunos disléxicos, bem como nas metodologias aplicadas no ensino e na aprendizagem de Língua Portuguesa.

Para composição do *corpus*, foi realizada uma seleção nos periódicos da área de classificação de Linguística, nos extratos Qualis A1 e A2 relacionados na Plataforma Sucupira nos últimos 10 anos (de 2012 a 2021). Os filtros consideraram, também, os textos disponíveis em Língua Portuguesa, que foram selecionados a partir dos descritores: *dislexia and leitura and escrita*. A princípio, os artigos foram buscados nos periódicos Qualis A1. Entretanto, foram encontrados somente 8 estudos e, diante dessa escassez, contendo os descritores citados, foi necessário ampliar o escopo de procura para os periódicos Qualis A2, somando 7 periódicos e chegando às 15 publicações⁴. Tais estudos foram, então, lidos, fichados e ordenados em dois quadros, um para os periódicos Qualis A1 e outro para os periódicos Qualis A2. Nesses quadros, foram informados o periódico, o ano/edição, o título e o *link* de acesso ao texto. Depois, foram sistematizados em um terceiro quadro quanto ao que era necessário buscar: os desafios e as possibilidades da atuação dos professores de Língua Portuguesa com alunos com dislexia.

Exploração e interpretação dos dados

Passamos a explorar o teor dos artigos selecionados. De início, apresentaremos a compilação dos dados no Quadro 1 e no Quadro 2, construindo algumas reflexões em torno da escassez de produções no campo, e, na sequência, faremos um gesto analítico na direção do que tais produções revelam no tocante aos desafios e possibilidades de atuação docente na aula de Língua Portuguesa, tendo como referência as reflexões construídas neste estudo.

⁴ Os 15 estudos do *corpus* foram publicados em 7 periódicos e, apesar de o filtro ter buscado pela área de classificação Linguística, o resultado trouxe periódicos de outras áreas, mas com interface com ela, com publicações de práticas docentes de Língua Portuguesa. Foi o caso do CoDAS, publicação técnico-científica da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, com significativos estudos relacionados a ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa, motivo pelo qual, após análise dos textos, consideramos apropriada a inclusão deles.

Alunos disléxicos na aula de Língua Portuguesa:
um estudo sobre desafios e possibilidades de atuação docente

Quadro 1 - Descrição dos artigos de Periódicos Qualis A1

Periódicos Qualis A1 - Quantidade de periódicos: 3 Quantidade de estudos: 8			
Periódico	Ano/Edição	Título	Link
Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)	V. 60 n. 2 (2018): 30 Anos após o diário de Narciso: desdobramentos teórico-metodológicos	Onde está o déficit? – Polêmica em torno da dislexia.	https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8648687/18477
CoDAS	2013 vol. 25, nº 1.	Processamento auditivo (central) em crianças com dislexia: avaliação comportamental e eletrofisiológica.	https://www.scielo.br/pdf/codas/v25n1/v25n1a08.pdf
	2013, vol.25, nº 6 São Paulo.	Potencial Cognitivo Auditivo - P300 como indicador de evolução terapêutica em escolares com Dislexia do Desenvolvimento.	https://www.scielo.br/pdf/codas/v25n6/pt_2317-1782-codas-25-06-00500.pdf
	2015, vol.27, nº 6, São Paulo.	Marcadores sintáticos no reconto oral de escolares disléxicos.	https://www.scielo.br/pdf/codas/v27n6/2317-1782-codas-27-06-00557.pdf
		Perfil de linguagem e funções cognitivas em crianças com dislexia falantes do Português Brasileiro.	https://www.scielo.br/pdf/codas/v27n6/2317-1782-codas-27-06-00565.pdf
	2016, vol. 28, nº 2, São Paulo.	Desempenho ortográfico de escolares com dislexia do desenvolvimento e com dislexia do desenvolvimento associado ao transtorno do déficit de atenção e hiperatividade.	https://www.scielo.br/pdf/codas/v28n2/2317-1782-codas-28-2-123.pdf
	2018, vol.30, nº 2, São Paulo.	Programa fonoaudiológico em compreensão leitora e ortografia: efeitos na ortografia em disléxicos.	https://www.scielo.br/pdf/codas/v30n2/2317-1782-codas-30-2-e20170077.pdf
	2020, vol. 32, nº 3.	Programa de remediação com a nomeação rápida e leitura para escolares com dislexia: elaboração e significância clínica.	http://www.codas.periodikos.com.br/article/10.1590/2317-1782/20202018127/pdf/codas-32-3-e20180127-trans1.pdf
Revista Brasileira de Linguística Aplicada	2015, vol.15, nº 4.	Dislexia: uma análise histórica e social.	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982015000400971&lng=en&nrm=iso

Fonte: elaborado pelas autoras, 2021.

Diante dos dados ordenados no Quadro 1, é possível observar que apenas dois estudos estão incluídos em periódicos Qualis A1 diretamente ligados à área da Linguística, sendo eles “Onde está o déficit? – Polêmica em torno da dislexia”, do periódico Caderno de Estudos Linguísticos (UNICAMP) e “Dislexia: uma análise histórica e social”, da Revista Brasileira de Linguística. Em relação ao periódico

CoDAS, ainda que pertença à outra área, o seu aparecimento na Plataforma Sucupira com o filtro de Linguística justifica-se por tratar de áreas associadas que abrangem a aquisição da linguagem como objeto de estudo. No Quadro 2, estão compilados os artigos encontrados em periódicos A2.

Quadro 2 - Descrição dos artigos de Periódicos Qualis A2

Periódicos Qualis A2 - Quantidade de periódicos: 4 - Quantidade de estudos: 7			
Periódico	Ano/Edição	Título	Link
Revista Brasileira de Educação Especial	2019, vol.25, nº 1.	Leitura de estudantes com dislexia do desenvolvimento: impactos de uma intervenção com método fônico associado à estimulação de funções executivas.	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000100155&lng=en&nrm=iso
	2017, vol.23, nº 3.	Funções executivas na dislexia do desenvolvimento: revendo evidências de pesquisas.	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382017000300439&lng=en&nrm=iso
	2014, vol.20, nº 1.	Identificação de alunos em risco de apresentarem dislexia: um estudo sobre a utilização da monitorização da fluência de leitura num contexto escolar.	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100002&lng=en&nrm=iso
Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos	2016, v. 97, nº 245.	Concepção de professores do ensino fundamental sobre a dislexia do desenvolvimento.	http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3427
CEFAC	2017, vol. 19, nº 1.	Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) aplicadas à dislexia: revisão de literatura.	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462017000100099&lng=en&nrm=iso
Psicologia Escolar e Educacional	2015, vol.19, nº 1.	Criatividade em indivíduos com transtornos e dificuldades de aprendizagem: revisão de pesquisas.	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572015000100087&lng=en&nrm=iso
	2017, vol.21, nº 3.	Estilos intelectuais e estratégias de aprendizagem: percepção de professores do Ensino Fundamental.	https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300447&lng=en&nrm=iso

Fonte: elaborado pelas autoras, 2021.

A partir dos dados dispostos nos quadros de levantamento bibliográfico, somente 7 dos periódicos buscados contemplaram a dislexia, sendo 3 deles Qualis A1 e os outros 4 Qualis A2. Esse dado traz à tona a escassez de produções voltadas para o distúrbio da dislexia nos estudos dessa área de conhecimento e, conseqüentemente, um possível apagamento do fenômeno de indivíduos disléxicos no processo educacional e no mundo acadêmico-científico. Entendemos que o enfrentamento de tal problema deveria ser feito por meio de estudos e análises sobre os casos e a maneira como eles devem ser tratados dentro da sala de aula pelos professores de Língua Portuguesa.

Nos periódicos Qualis A1, é possível observar a valorização do caráter técnico como ponto relevante para a disponibilização do estudo dentro do nível das exigências de excelência internacional. Exemplo disso são os artigos “Processamento auditivo (central) em crianças com dislexia: avaliação comportamental e eletrofisiológica” (MURPHY, OLIVEIRA e SCHOCHAT, 2013), “Potencial Cognitivo Auditivo - P300 como indicador de evolução terapêutica em escolares com Dislexia do Desenvolvimento” (ALVARENGA *et al.*, 2013) e “Programa fonoaudiológico em compreensão leitora e ortografia: efeitos na ortografia em disléxicos” (CÁRNIO; NOGUEIRA, 2018), todos tratando a dislexia tecnicamente.

A esse respeito, Barradas Barata (2016, p. 12) afirma que os fatores de impacto desses periódicos “são influenciados por muitos aspectos que não estão diretamente relacionados à qualidade da produção, tais como o tamanho da comunidade científica em cada área e o prestígio de subáreas do conhecimento dentro de um mesmo campo”. Essas regulações, muitas vezes, determinam o que pode ou não ser publicado, o que impactará ou não os critérios formais de avaliação do periódico. Tal avaliação, muitas vezes, excluem estudos com comunidade de leitores reduzida. Os desafios e as possibilidades de trabalho do professor de Língua Portuguesa, buscados neste estudo, dizem respeito à valorização dos sujeitos no processo educacional e o êxito como consequência da importância e do destaque dados a todos os indivíduos no ambiente escolar, sem distinções.

Já nos periódicos Qualis A2, o viés muda discretamente, ainda que também estejam estratificados dentro de um alto indicativo de qualidade. Mesmo que haja o artigo “Leitura de Estudantes com Dislexia do Desenvolvimento: Impactos de uma Intervenção com Método Fônico Associado à Estimulação de Funções Executivas” (GUIMARÃES; MEDINA, 2019), que relaciona o distúrbio da dislexia diretamente ao caráter fonológico, os demais demonstram aspectos sociais elevados, como “Concepção de professores do ensino fundamental sobre a dislexia do desenvolvimento” (DAURUIZ *et al.*, 2016). No estudo Estilos intelectuais e estratégias de aprendizagem: percepção de professores do ensino fundamental, Inácio, Mariano e Oliveira (2017, p. 448), com colaborações de Cabral (2013), dão realce ao fato de a maior parte das pesquisas relacionadas à dislexia se concentrar na área de Ciências Médicas em detrimento da Educação, e reclamam da ausência de políticas públicas voltadas aos alunos com esse transtorno, principalmente, no campo de formação de professores. No campo da Linguística, os resultados encontrados nesta pesquisa não foram diferentes, em se considerando o número de estudos sobre a dislexia e os sujeitos disléxicos. Se pouco se fala sobre o assunto, pouco os professores entram em contato com ele em seu processo formativo, não devendo, assim, ser responsabilizados pela ausência

de efetiva inclusão dos sujeitos disléxicos do processo educacional brasileiro. Apesar disso, o fato é que:

os professores desconhecem a dislexia e possuem dificuldade em classificar a causa, identificar o problema e, até mesmo, realizar a adequada intervenção para que o aluno supere as dificuldades em sala de aula. (...) Considerando que os anos iniciais de escolarização são cruciais no que diz respeito ao aprendizado da leitura, o professor tem um papel fundamental na identificação de um problema relacionado à habilidade leitora. (DAURUIZ, *et al.*, 2016, p. 138).

Apesar da importância dos professores na inclusão efetiva dos sujeitos disléxicos na vida escolar, os obstáculos para a formação e para a atuação reverberam na sala de aula, como resultados do pouco investimento do Estado na capacitação dos profissionais docentes. Para Dauruiz *et al.* (2016, p. 139), “é preciso muita ousadia e criatividade para que se construam novos e mais promissores modelos educacionais, necessários à urgente e fundamental tarefa de melhoria da qualidade do ensino no país”. Mas, mais do que criatividade e ousadia individuais, é urgente que sejam criadas oportunidades sistematizadas para construção de saberes pedagógicos na formação docente inicial e continuada, que habilitem os professores a atuarem com a inclusão, especialmente, para o caso deste estudo, dos alunos disléxicos. No entanto, sabemos que é o trabalho do professor que está em constante avaliação.

Desafios e possibilidades de atuação docente na aula de Língua Portuguesa

Passamos a analisar os 15 artigos com foco nos desafios e nas possibilidades para o trabalho dos professores de Língua Portuguesa com alunos disléxicos. Para isso, apresentamos os dados compilados no Quadro 3 e, na sequência, analisamos os achados dessas pesquisas.

Quadro 3 - Desafios e possibilidades de atuação com aluno disléxico na aula de LP

	Título	Autor(es)	O que foi encontrado
1	Onde está o déficit? – Polêmica em torno da dislexia	Patricia Aquino	Discussão acerca do diagnóstico da dislexia como algo congênito. No final, foi citada a lacuna na formação dos professores diante da dislexia e o despreparo das escolas, mas sem aprofundamento.
2	Processamento auditivo (central) em crianças com dislexia: avaliação comportamental e eletrofisiológica	Juliana Casseb Oliveira, Cristina Ferraz Borges Murphy, Eliane Schochat	Definição da dislexia como um distúrbio neurológico e realização de testes para a análise do processamento auditivo e linguístico em disléxicos. É um artigo que analisa a linguística direcionada principalmente aos fonoaudiólogos.
3	Marcadores sintáticos no reconto oral de escolares disléxicos	Adriana de Souza Batista Kida, Clara Regina Brandão de Ávila e Simone Aparecida Capellini	Análise do desenvolvimento morfossintático em disléxicos, que não está ligado à exposição a textos escritos. É um artigo de caráter comparativo, se mostrando importante na justificativa sobre os

Alunos disléxicos na aula de Língua Portuguesa:
um estudo sobre desafios e possibilidades de atuação docente

			desafios dos disléxicos na aula de Língua Portuguesa.
4	Perfil de linguagem e funções cognitivas em crianças com dislexia falantes do Português Brasileiro	Thais Barbosa, Camila Rodrigues, Carolina Toledo-Piza, Ana Luiza Gomes Pinto Navas e Orlando Francisco Amodeu Bueno.	Discussão acerca do processamento fonológico e das etapas do diagnóstico da dislexia em uma criança a partir da leitura e de tarefas de vocabulário. Bom para a explicação sobre a dislexia e o processo de leitura e escrita que envolve o aprendizado.
5	Desempenho ortográfico de escolares com dislexia do desenvolvimento e com dislexia do desenvolvimento associado ao transtorno do déficit de atenção e hiperatividade	Débora Cristina Alves, Erasmo Barbante Casella e Alexandre Arcanjo Ferraro	O artigo faz um paralelo das questões dos disléxicos com o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Chama atenção para a escassez de pesquisas sobre a escrita dos escolares com tais distúrbios, assim como a necessidade de estratégias de intervenção para tais indivíduos, mas não tenta resolver essa questão, apenas cita.
6	Programa de remediação com a nomeação rápida e leitura para escolares com dislexia: elaboração e significância clínica	Bianca dos Santos e Simone Aparecida Capellini	O artigo traz uma definição de dislexia e um estudo realizado na intervenção com alunos disléxicos.
7	Dislexia: uma análise histórica e social.	Rita Signor	O artigo faz um panorama social acerca da dislexia, além de citar a dificuldade de intervenção advinda da formação falha dos professores. Cita, também, as alternativas utilizadas atualmente para sanar as dificuldades dos alunos disléxicos. O texto problematiza o ensino tradicional e coloca o afeto como caminho para o desenvolvimento da cognição.
8	Leitura de Estudantes com Dislexia do Desenvolvimento: Impactos de uma Intervenção com Método Fônico Associado à Estimulação de Funções Executivas	Giovanna Beatriz, Kalva Medina, Sandra Regina Kirchner Guimarães	Coloca a dislexia como habilidade “empobrecida” da leitura e a leitura como intervenção eficaz. Além disso, defende o ensino explícito e o desenvolvimento da habilidade fonológica.
9	Funções Executivas na Dislexia do Desenvolvimento: Revendo Evidências de Pesquisas	Giovanna Medina, Maria de F. Minetto e Sandra R. K. Guimarães	O texto defende o desenvolvimento das funções executivas como intervenção para alunos disléxicos.
10	Identificação de alunos em risco de apresentarem dislexia: um estudo sobre a utilização da monitorização da fluência de leitura num contexto escolar	Rosa Filipa Ferreira de Mendonça, Ana Paula Loução Martins	O artigo defende que as escolas implementem um sistema integrado de identificação precoce da dislexia para que as intervenções demandadas sejam realizadas o mais rápido possível.
11	Concepção de professores do ensino fundamental sobre a dislexia do desenvolvimento	Maria de Lourdes Merighi Tabaquim, Silvani Dauruiz, Shaday M. Prudenciatti e Ana Vera Niquerito	O artigo traz a má formação dos professores como problema central no trato da dislexia, além de não saberem identificar as diferentes formas de manifestação. “Os professores não dispõem de recursos estratégicos facilitadores incorporados à sua metodologia de ensino, além de desconhecerem o fundamento específico que está na base da utilização das estratégias pedagógicas”

12	Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) aplicadas à dislexia: revisão de literatura	Luciana Cidrim, Francisco Madeiro	O artigo define a dislexia e coloca as tecnologias como ferramentas para o trato dos professores com alunos disléxicos.
13	Estilos intelectuais e estratégias de aprendizagem: percepção de professores do ensino fundamental	Francislaine Flâmia Inácio, Katya L. de Oliveira, Maria Luzia Silva Mariano	O artigo expõe a importância da utilização de estratégias realizadas por professores no trato com alunos disléxicos e o entendimento desses professores acerca do assunto.
14	Potencial Cognitivo Auditivo - P300 como indicador de evolução terapêutica em escolares com Dislexia do Desenvolvimento	Kátia F. Alvarenga, Eliene Silva Araújo, Érika Ferraz, Patrícia Abreu Pinheiro Crenitte	O artigo verifica a eficácia do Potencial Evocado Auditivo Cognitivo-P300 (PEAC-P300) para monitoramento da evolução terapêutica de escolares com Dislexia do Desenvolvimento.
15	Programa fonoaudiológico em compreensão leitora e ortografia: efeitos na ortografia em disléxicos	Débora Manzano Nogueira, Maria Sílvia Cármi	O artigo expõe um estudo que consiste na elaboração de um Programa Fonoaudiológico em Compreensão Leitora e Ortografia, para verificar seus efeitos na compreensão leitora e ortografia de escolares com Dislexia do Desenvolvimento. Portanto, diz respeito ao tratamento realizado por fonoaudiólogos.

Fonte: *elaborado pelas autoras, 2021.*

Embora os dados coletados tenham sido quantitativamente limitados, ao estudarmos o teor de cada pesquisa, foi possível levantar algumas tentativas de intervenções que vêm sendo realizadas nas escolas a partir dos estudos encontrados. Ávila, Capellini e Kida (2015, p. 563), de maneira comparativa, afirmaram que os alunos com dislexia possuem mais dificuldades com textos expositivos em relação aos alunos típicos, uma vez que “o número de palavras por sentença e a incidência de palavras de conteúdo dificultam a retenção e o estabelecimento de relações entre as informações lidas”. Logo, essa dificuldade, tão presente nas aulas de Língua Portuguesa devido ao grande número de atividades de interpretação de texto, torna-se um desafio para os professores na busca pelo êxito das aulas e compromete a participação integral de todos os alunos. Esse comprometimento atinge os disléxicos de forma direta, visto que as palavras precisam ser decodificadas fonológica e semanticamente para haver compreensão, e nesses alunos as representações fonológicas são instáveis, tornando o desenvolvimento da leitura mais lento.

Inácio, Mariano e Oliveira (2017), a partir de um questionário aplicado aos professores, verificaram que, segundo a maioria deles, o atendimento individualizado é o melhor caminho, uma vez que é possível “identificar as particularidades de cada aluno, suas atividades de interesse e utilizar uma metodologia de ensino diversificada”. Já a minoria dos professores acredita que a utilização de uma metodologia diversificada só “seria possível por meio de vivências, experiências, reflexões e atitudes em relação à aprendizagem, ou levando o aluno a entender a necessidade do uso das estratégias ou, ainda, com o treinamento dessas estratégias de aprendizagem” (*op. cit.*, p. 452). A partir disso, sendo possível compreender o conhecimento dos professores sobre as estratégias e, conseqüentemente, as suas atuações

em sala de aula, o planejamento interventivo se mostra imprescindível, visto que “o papel do professor se mostra ainda mais importante no desenvolvimento dos alunos com diagnóstico, sendo que investir em sua formação pode ser visto como fator necessário na superação das dificuldades acadêmicas dos educandos” (*op.cit*, p. 453).

Cappelini e Santos (2020, p. 2), sugerindo uma possibilidade para que o desafio citado acima possa ser sanado, propõem um programa de remediação para os alunos disléxicos, de maneira que a consciência fonológica e as correspondências grafo-fonêmicas sejam treinadas por meio da nomeação automática rápida, que consiste na velocidade com que a criança verbaliza sequencialmente uma lista contendo símbolos básicos. Esse método, ainda pouco citado e realizado segundo as autoras, pode melhorar a fluência da leitura e a velocidade do acesso ao léxico. Sendo assim, é possível inferir que tal intervenção é, sobretudo, acessível aos professores e passível de realização, dado que, segundo Guimarães e Medina (2015), o estímulo da consciência fonológica é exigido na leitura ao colocar o leitor diante de diversos processos cognitivos simultaneamente.

Guimarães, Medina e Minetto (2017, p. 440) defendem, no entanto, que o desenvolvimento da consciência fonológica não é o bastante para a intervenção demandada aos alunos disléxicos e que o desenvolvimento das Funções Executivas (FE) é extremamente relevante para o “gerenciamento de processos mentais, emocionais e comportamentais”, que cercam atividades de “planejamento, organização, autorregulação, monitoramento, intenção, tomada de decisão, categorização, resolução de problemas, motivação, atenção, concentração, adaptação à mudança e consciência de si” (2017, p. 440). O desenvolvimento das FEs está justamente na inclusão de práticas usuais.

Outras possibilidades de intervenção são consideradas por Signor (2015), como realizar avaliações orais, possuir um professor auxiliar exclusivo, ter direito a aulas de reforço pedagógico e a criação de atividades diferenciadas. À vista disso, o diagnóstico da criança como disléxica é importante para que ela possa usufruir de um Atendimento Educacional Especializado (AEE) e possua um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), especialmente, na aula de Língua Portuguesa.

Já o uso das Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) é defendido no estudo revisional de Cidrim e Madeiro (2017, p. 2). Para eles, os recursos tecnológicos ampliam as condições de interação, visualização e compreensão de textos, levando em conta que “a utilização de ferramentas tecnológicas moderniza a educação, abrindo possibilidades de ensino mais eficientes”. Nos 21 artigos publicados entre 2010 e 2015 e relacionados nesse estudo:

destacaram-se alguns aspectos no que diz respeito ao uso das TIC aplicadas à dislexia, tais como tipo e tamanho de letra, variações de cores mais adequadas nas telas que favoreçam a leitura, controle no tempo de execução das atividades, conversão texto-fala para ser possível ouvir o próprio texto lido, recursos fonológicos e multissensoriais para estimular consciência fonológica e ortografia, além de instrumentos interativos de multimídia, bem como foram sugeridas características mais apropriadas de tecnologia para trabalhar com sujeitos disléxicos. (CIDRIM, MADEIRO, 2017, p. 106).

Dessa forma, ainda segundo os autores, é necessário colocar os alunos disléxicos em contato com softwares que promovam a consciência fonológica e as correspondências grafo-fonêmicas, posto que tal recurso beneficia as habilidades de leitura e de escrita. Diante disso, torna-se relevante, mais uma vez, a inclusão dos alunos disléxicos no desenvolvimento do PDI e do AEE, com a presença deles em salas especializadas para o processo de ensino e aprendizagem, direcionadas a alunos com necessidades específicas.

A partir dos desafios e das possibilidades apresentados nos estudos analisados, é possível depreender que as intervenções ainda são recentes, observando as datas de publicação dos artigos e, conseqüentemente, de discussão acerca do assunto. A literatura, ainda escassa, impossibilita afirmações contundentes em relação ao trato dos alunos com esse distúrbio. Contudo, é possível, listar desafios e possibilidades de trabalho, a partir do *corpus* analisado.

Como desafios, identificamos: falha sistêmica da alfabetização, com o destaque para os erros; diagnóstico tardio, impossibilitando o acesso do aluno disléxico ao AEE e a uma equipe multidisciplinar com o desenvolvimento de um PDI; pouca formação dos profissionais da educação, impulsionada pela escassez de estudos sobre o tema, gerando, conseqüentemente, intervenções pouco discutidas e realizadas e a responsabilização equivocada dos docentes; grande realização de atividades típicas de Língua Portuguesa que desconsideram as dificuldades de decodificação fonológica e semântica, como a decodificação da palavra, soletração, compreensão auditiva e expressão oral.

Como possibilidades de intervenção, identificamos: desenvolvimento das Funções Executivas, para gerenciar os processos mentais, por meio de atividades que explorem a capacidade do aluno de planejar, organizar tomar decisões e se concentrar; desenvolvimento da relação entre o professor e o aluno, impedindo o surgimento de bloqueios na aprendizagem e explorando o afeto como caminho para a evolução da cognição; utilização das tecnologias e softwares, que criam mais condições de interação e de visualização de textos e atividades; utilização do método de nomeação automática rápida para o treinamento da consciência fonológica e das correspondências grafo-fonêmicas; avaliações orais; apoio de

um professor auxiliar exclusivo do aluno; reforço pedagógico; inclusão dos alunos disléxicos no PDI e no AEE, após o diagnóstico precoce, para que eles tenham atendimento individualizado.

Conclusões

A dislexia, distúrbio de origem neurológica que resulta na dificuldade de fluência da leitura e da escrita e, conseqüentemente, em um *déficit* da linguagem, além das questões clínicas de diagnóstico, afeta diretamente o processo de ensino e de aprendizagem no espaço escolar. Tanto para os alunos disléxicos, quanto para os professores, especialmente os de Língua Portuguesa, os obstáculos surgem de maneira que os indivíduos ficam impossibilitados de se desenvolverem, uma vez que o aluno não consegue se adequar ao ensino e o professor não consegue promover um aprendizado eficaz. Dessa forma, os desafios percorrem, principalmente, o diagnóstico tardio e a quase ausência de investimento na formação dos professores, sujeito central nos encaminhamentos resolutivos da questão.

A partir disso, se faz necessária a busca por intervenções eficientes para que as dificuldades sejam sanadas. Os resultados deste estudo, ainda que escassos, apontaram que as possibilidades de intervenções exitosas envolvem desde a utilização de recursos estratégicos físicos, como o uso das tecnologias educacionais, até estratégias pedagógicas, em especial, o atendimento individualizado e direcionado para as dificuldades do aluno específico. Ficou evidente que intervenções ativas nas interações de aprendizagem promovem o desenvolvimento mental, comportamental e emocional dos disléxicos nas salas de aula, uma vez que a escola, antes de mais nada, deve ser um espaço de acolhimento e autonomia.

Para além do conhecimento dessas possibilidades e pensando na prospecção desses estudos, é necessário questionar o apagamento dos fenômenos que envolvem os indivíduos disléxicos no processo educacional, no mundo acadêmico e nas políticas públicas de formação, bem como o enfrentamento das questões reais e delicadas presentes na sala de aula, visto que o enfrentamento dos desafios avança, principalmente, em estudos de casos vivenciados por alunos e professores de Língua Portuguesa.

É fato que a formação linguística acadêmica não consegue abranger todas as questões que envolvem as práticas da sala de aula. Assim sendo e diante de uma realidade social gritante, é imperioso que sejam instituídos espaços de formação para que os futuros profissionais docentes compreendam e discutam o tema dislexia e, dessa forma, possam contribuir para a permanência e o êxito dos seus alunos na escola. Isso significa a necessidade de repensar o currículo, os modelos avaliativos, as políticas de formação continuada, o cotidiano da sala de aula, seus tempos, práticas e espaços. Tal problematização passa, portanto, pela reflexão crítica de como, por quê, para quem e para que ensinar a alunos com dislexia.

Referências

ALVARENGA, K. F. *et al.* Potencial Cognitivo Auditivo - P300 como indicador de evolução terapêutica em escolares com Dislexia do Desenvolvimento. **CoDAS** [online]. 2013, v. 25, n. 6, pp. 500-505. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2317-17822014000100002>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ALVES, D. C.; CASELLA, E. B.; FERRARO, A. A. Desempenho ortográfico de escolares com dislexia do desenvolvimento e com dislexia do desenvolvimento associado ao transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. **CoDAS** [online]. 2016, v. 28, n. 2, pp. 123-131. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-1782/20162015068>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ALVES, R. J. R.; NAKANO, T. C. Criatividade em indivíduos com transtornos e dificuldades de aprendizagem: revisão de pesquisas. **Psicologia Escolar e Educacional** [online]. 2015, v. 19, n. 1, pp. 87-96. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0191802>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

AQUINO, P. A. de. Onde está o déficit? – polêmica em torno da dislexia. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 60, n. 2, p. 538–544, 2018. DOI: 10.20396/cel.v60i2.8648687. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8648687>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. **Informações estatísticas nacionais acerca da dislexia: base de dados 2013-2021**. 2021. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2017/10/ABD-Inforna%C3%A7%C3%B5es-estat%C3%ADsticas-2013-a-2021-.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2022.

ÁVILA, C. R. B.; CAPELLINI, S. A.; KIDA, A. S. B. Marcadores sintáticos no reconto oral de escolares disléxicos. **CoDAS** [online]. 2015, v. 27, n. 6, pp. 557-564. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20152015106>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BARBOSA, T. *et al.* Perfil de linguagem e funções cognitivas em crianças com dislexia falantes do Português Brasileiro. **CoDAS** [online]. 2015, v. 27, n. 6, pp. 565-574. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-1782/20152015043>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BARRADAS BARATA, R. DE C. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 30, 22 dez. 2016.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019**: resumo técnico. Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.** BRASIL.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASILEIRO, A. M. M. **Como produzir textos acadêmicos e científicos.** São Paulo, Contexto: 2021.

BUENO *et al.* Perfil de linguagem e funções cognitivas em crianças com dislexia falantes do Português Brasileiro. **CoDAS** [online]. 2015, v. 27, n. 6, p. 565-574. Acesso em: 2 Mar. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-1782/20152015043>>. Epub Nov-Dec 2015. ISSN 2317-1782. <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20152015043>.

CABRAL, G. M. A Alfabetização de crianças com patologia de Dislexia e/ou TDAH. **Ensaios Pedagógicos.** 2013, Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/pdf/n5/ARTIGO-GILSON.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

CAPELLINI, S. A.; SANTOS, B. Programa de remediação com a nomeação rápida e leitura para escolares com dislexia: elaboração e significância clínica. **CoDAS** [online]. 2020, v. 32, n. 3. Acesso em: 2 mar. 2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202018127>>. Epub 15 Jun 2020. ISSN 2317-1782. <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202018127>.

CÁRNIO, M. S.; NOGUEIRA, D. M. Programa fonoaudiológico em compreensão leitora e ortografia: efeitos na ortografia em disléxicos. **CoDAS** [online]. 2018, v. 30, n. 2, e20170077. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-1782/20182017077>>. Acesso em: 26 ago. 2021.
CID-10. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.* Porto Alegre: Artmed, 1993.

CIDRIM, L.; MADEIRO, F. Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) aplicadas à dislexia: revisão de literatura. **Revista CEFAC** [online]. 2017, v. 19, n. 1 pp. 99-108. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-021620171917916>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DAURUIZ, S. *et al.* Concepção de professores do ensino fundamental sobre a dislexia do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** [online]. 2016, v. 97, n. 245, p. 131-146. Acesso em: 2 mar. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/368214020>>. ISSN 2176-6681. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/368214020>.

GATTI, B.A.; BARRETO, E.S.S. (Orgs.). **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009.

GUIMARÃES, S. R. K.; MEDINA, G. B. K. Leitura de Estudantes com Dislexia do Desenvolvimento: Impactos de uma Intervenção com Método Fônico Associado à Estimulação de Funções Executivas. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. 2019, v. 25, n. 1, pp. 155-174. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382519000100010>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

GUIMARÃES, S. R. K.; MEDINA, G. B. K.; MINETTO, M. de F. J. Funções Executivas na Dislexia do Desenvolvimento: Revendo Evidências de Pesquisas. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. 2017, v. 23, n. 3, pp. 439-454. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000300009>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

INÁCIO, F. F.; MARIANO, M. L. S.; OLIVEIRA, K. L. Estilos intelectuais e estratégias de aprendizagem: percepção de professores do ensino fundamental. **Psicologia Escolar e Educacional** [online]. 2017, v. 21, n. 3 pp. 447-455. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392017021311171>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MENDONÇA, R. F. F.; MARTINS, A. P. L. Identificação de alunos em risco de apresentarem dislexia: um estudo sobre a utilização da monitorização da fluência de leitura num contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. 2014, v. 20, n. 1, pp. 09-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000100002>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

MURPHY, C. F.B.; OLIVEIRA, J. C.; SCHOCHAT, E. Processamento auditivo (central) em crianças com dislexia: avaliação comportamental e eletrofisiológica. **CoDAS**. 2013, v. 25, n. 1, pp. 39-44. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/codas/a/Fnxnj4DHf3RXsRcnCP9h6ML/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

SIGNOR, R. Dislexia: uma análise histórica e social. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada** [online]. 2015, v. 15, n. 4, pp. 971-999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-639820158213>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

SOUZA, E. C. **Atendimento a disléxicos no Ensino Médio: em busca de uma política pública**. Orientador: Beatrice Laura Carnielli. 2008. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2008.

TABAQUIM, M. de L. M. *et al.* Concepção de professores do ensino fundamental sobre a dislexia do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** [online]. 2016, v. 97, n. 245, pp. 131-146. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2176-6681/368214020>>. Acesso em: 26 ago. 2021.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 30/07/2022
Aprovado em: 13/11/2023